

Arrocho recorde

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

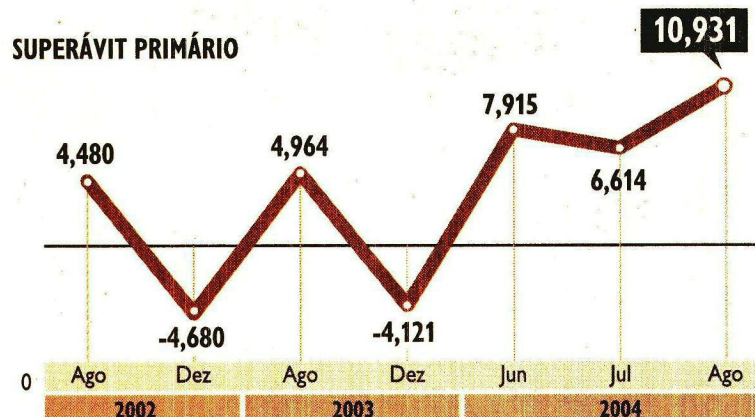
O governo não terá que fazer nenhum esforço adicional para aumentar a meta de superávit primário (receitas menos despesas sem levar em conta os gastos com juros) deste ano, de 4,25% para 4,50% do Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados das contas públicas indicam que a economia de recursos para o pagamento de juros está batendo recordes históricos. O superávit registrado entre janeiro e agosto totalizou R\$ 63,728 bilhões, valor correspondente a 5,82% do PIB. Foram os melhores números contabilizados pelo Banco Central para o período desde o início das séries estatísticas em 1991.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, com esse saldo, o país superou em R\$ 6,8 bilhões, com um mês de antecedência, a meta de superávit acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para os nove primeiros meses do ano, de R\$ 56,9 bilhões. No acumulado de 12 meses terminados em agosto, o superávit bateu em R\$ 80,608 bilhões, o equivalente a 4,95% do PIB. Somente no mês passado, as contas públicas ficaram positivas em R\$ 10,931 bilhões, o melhor agosto dos últimos 13 anos, contribuindo para derrubar a relação entre a dívida pública e o PIB para 54,1% (veja matéria nesta página).

Os números são tão expressivos que, para cumprir a meta oficial firmada com o FMI para todo o ano, de R\$ 71,5 bilhões (4,25% do PIB), o setor público terá de economizar, em média, R\$ 1,943 bilhão por mês. A nova meta de 4,5% do PIB, disse Altamir, é de governo e o valor em reais do superávit será definido depois de atualizados os valores do Produto. Sem correção, o saldo ficará em R\$ 75,8 bilhões, exigindo resultados mensais mé-

O TAMANHO DO AJUSTE

Os números das contas públicas (Em R\$ bi)

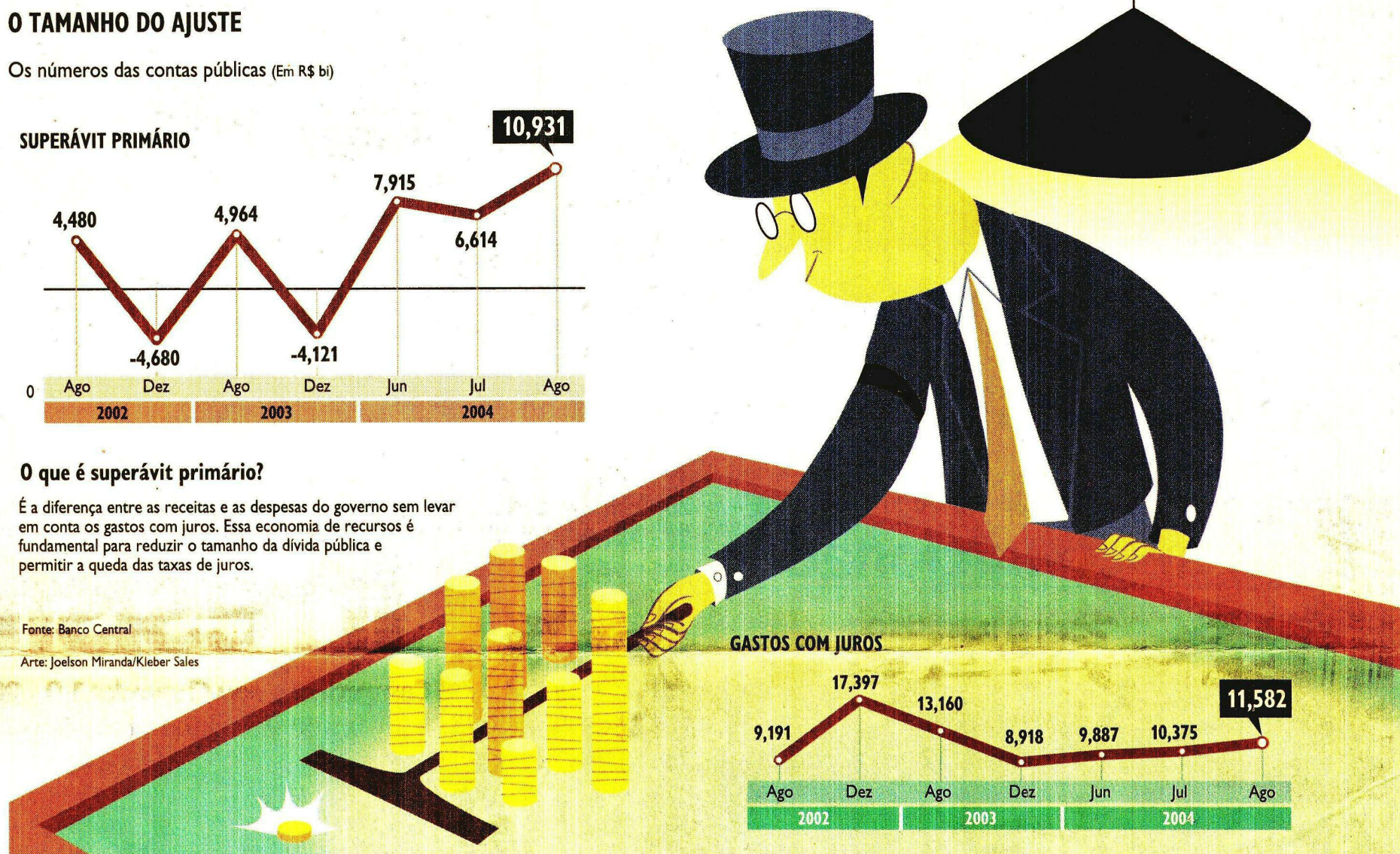


O que é superávit primário?

É a diferença entre as receitas e as despesas do governo sem levar em conta os gastos com juros. Essa economia de recursos é fundamental para reduzir o tamanho da dívida pública e permitir a queda das taxas de juros.

Fonte: Banco Central

Arte: Joelson Miranda/Kleber Sales



dios de R\$ 3,018 bilhões. Em nenhum dos dois casos, garantiu o economista do BC, o governo terá dificuldades para alcançar as metas.

Força estatal

O grande destaque das contas de agosto foi o desempenho das estatais federais — em especial, a Petrobras. As empresas contribuíram com metade do superávit do mês: R\$ 5,351 bilhões. Foi uma virada brusca, pois de janeiro a julho, o saldo das estatais no ajuste fiscal estava próximo de zero. Segundo Altamir, não houve nada de atípico no resul-

tado das empresas. “As companhias têm uma meta a cumprir para todo o ano, de R\$ 11,7 bilhões. Não importa se esse superávit é feito em um ou dois meses. O importante é o saldo final”, destacou. O economista atribuiu o superávit à gestão de caixa das empresas e à dinâmica dos investimentos, cujos desembolsos podem ter diminuído.

Altamir chamou a atenção para a contribuição dos governos regionais para o superávit primário. No mês passado, o saldo de estados ficou em R\$ 1,667 bilhão, recorde para os meses de agosto. Entre os municípios,

houve déficit de R\$ 30 milhões. Mas, na avaliação do economista do BC, o número não deve ser interpretado como resultado de gastos eleitorais. “Se aconteceram, os gastos foram feitos antes de junho”, frisou.

A consistência do ajuste fiscal tem sido tão forte que, mesmo quando incluídos os gastos com juros nas contas públicas, os resultados não decepcionam. Tecnicamente, é o que os economistas chamam de resultado nominal. Nos oito primeiros meses do ano, o país registrou déficit nominal de R\$ 20,058 bilhões, o correspondente a 1,83% do PIB. Esse in-

dicador é muito melhor do que os de vários países da União Européia, que, pelo Tratado de Maastrich, não podem ter déficit nominal superior a 3% do PIB.

Mais investimentos

Para Gustavo Loyola, ex-presidente do BC e sócio da Consultoria Tendências, os resultados apresentados pelo BC são excepcionais. “Ninguém duvida mais da seriedade das políticas fiscal e monetária do Brasil”, afirmou. Segundo Loyola, o importante é que o governo não use as folgas de caixa para aumentar despesas continuadas,

como, por exemplo, a contratação de mais funcionários públicos. “Isso dificulta o ajuste fiscal em momentos de queda na arrecadação”, destacou.

No entender do economista Carlos Thadeu Filho, do Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o governo deve aproveitar o bom momento para ampliar os investimentos em infra-estrutura, que tendem a sustentar o crescimento no médio e longo prazos. “A continuidade do crescimento resultará em mais empregos, essenciais para resolver os graves problemas do país”, disse.